

ALMEIDA, Joaskara Victória de Souza; OLIVEIRA, Tibério Lima. *Política social e processo de desresponsabilização do Estado: uma análise dos projetos sociais no Ilé Asé Dajo Obá Ogodô*. RESC Revista de Estudos SocioCulturais, v2., n.3, março/junho de 2022, p. 63-84, ISSN 2764-4405.

## POLÍTICA SOCIAL E PROCESSO DE DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS SOCIAIS NO ILÉ ASÉ DAJO OBÁ OGODÔ

**Social policy and the process of disresponsibilization of the state: an analysis of social projects at Ilé Asé Dajo Obá Ogodô**

*Joaskara Victória de Souza Almeida<sup>1</sup>*

*Tibério Lima Oliveira<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O presente artigo trata de uma análise dos projetos sociais de assistência à comunidade realizados pela casa de religião de matriz africana Ilé Asé Dajo Obá Ogodô. O objetivo é mostrar a desresponsabilização do Estado na proteção social, que abre caminhos para organizações da sociedade civil realizar assistência social aos sujeitos. Usamos uma abordagem de análise qualitativa, assim como pesquisa bibliográfica. Verificamos que o trabalho social desenvolvido pela casa é de extrema importância para a comunidade local. Entretanto, ressaltamos as críticas ao Estado, bem como à organização dos sujeitos enquanto portadores de direitos para pautar e reivindicar políticas sociais eficazes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política social. Estado. Comunidade. Religião de Matriz Africana.

**ABSTRACT:** This article analyzes the social projects of assistance to the community carried out by the Casa de Religião de Matriz Africana Ilé Asé Dajo Obá Ogodô. The objective is to demonstrate the lack of responsibility of the State in social protection, which opens the way for Civil Society Organizations to carry out social assistance. We used a qualitative analysis approach, as well as bibliographic research. We verified that the social work

---

<sup>1</sup>Graduada em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UERN); e-mail: [joaskara.victoria@gmail.com](mailto:joaskara.victoria@gmail.com).

<sup>2</sup>Prof. Me. do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); doutorando em Política Social pela Universidade de Brasília (UNB); E-mail: [tiberiolima@uern.br](mailto:tiberiolima@uern.br).

developed by the Casa is extremely important for the local community. However, we emphasize the criticism of the State and affirm the importance of the organization of the subjects as bearers of rights to demand effective social policies.

**KEYWORDS:** Social policy. State. Community. African Matrix. Religion.

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

As políticas sociais no Brasil, desde a sua gênese estiveram atreladas ao apadrinhamento, caridade, benevolência e altruísmo. Os primeiros sinais de políticas sociais propriamente ditas se deram a partir da década de 1930, no período de crise mundial entre 1929 e 1932, onde a agro exportação foi fragilizada e houve a quebra da hegemonia do café.

Posteriormente, foi instalada a ditadura do Estado Novo através de Getúlio Vargas. A questão social<sup>3</sup> era tratada anteriormente a esse período como “questão de polícia”, moralizada e higienizada, porém com a efervescente organização dos trabalhadores numa tomada de classe para si e organização de sindicatos a questão social ganhou um caráter político e novas formas de enfrentamento através de políticas sociais (BEHRING, BOSCHETTI, 2016).

A resposta do Estado veio através de políticas sociais voltadas para os sujeitos que tinham empregos, políticas como aposentadorias, pensões, seguro-desemprego, carteira de trabalho, auxílio-doença, entre outros direitos. Embora essas políticas tenham beneficiado parte da população, outras camadas da sociedade eram negligenciadas por não se inserir no mundo do trabalho formalizado.

Considerando que grande parte desses trabalhadores eram imigrantes de outros países e os negros que foram escravizados e trazidos para cá, que continuavam as margens da sociedade. Desse modo, não universalizando os direitos sociais no Brasil (BEHRING, BOSCHETTI, 2016).

Ao fazer um salto temporal, podemos constatar a crise do capital que vem se arrastando desde os anos de 1970, devido ao fim dos “anos de ouro” que tinha por característica o maior poder de consumo da classe trabalhadora, poder de consumo esse advindo do investimento do Estado em políticas sociais para o “bem-estar social”, estratégia do pensamento

---

<sup>3</sup>A concepção mais difundida no Serviço Social é o de Yamamoto e Carvalho, onde eles definem que: “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”. CARVALHO e IYAMAMOTO, (1983, p.77).

Keynesiano na Europa Ocidental, enquanto países de capitalismo periférico como o caso do Brasil não vivenciou a experiência do Estado Social.

Pelo contrário, as políticas sociais no território local eram ceifadas em virtude da autocracia do regime civil-militar. A constante busca pelo lucro levou o capitalismo à superprodução de bens devido à implementação de automação tecnológica, levando ao crescimento do desemprego na sociedade respectivo a troca do trabalho vivo pelo trabalho morto (BEHRING, BOSCHETTI, 2016).

Dessa maneira, o capitalismo procurou se reestruturar ao longo dos anos, através da acumulação flexível e com o projeto neoliberal em marcha com a sua face neoconservadora. Mesmo após o processo de redemocratização que originou a atual constituição de 1988, considerada a mais democrática até hoje, oriundo do levante dos movimentos sociais e pressão popular pela garantia de direitos, o avanço do neoliberalismo toma conta das esferas econômicas e sociais, tendo um Estado neoliberal e conservador que intervém no mercado para o benefício do capital e mercantiliza os direitos sociais como saúde e educação através do sucateamento deles.

Após compreender todo esse processo de altos e baixos das políticas sociais no Brasil e a dificuldade de interiorização das políticas existentes, torna-se necessário que estudos na área das políticas sociais e a desresponsabilização do Estado sejam realizados para que se apreenda possíveis soluções. Bem como, a leitura da realidade concreta de zonas da sociedade que são duramente afetadas.

Nessa perspectiva, o tema proposto neste artigo foi escolhido intencionalmente com o objetivo de explicitar o trabalho feito por uma casa de candomblé, de modo que possamos compreender a importância de projetos e ações desempenhados pela mesma com o intuito de dar assistência à comunidade em que está situada, de forma que é característico e fundamental das religiões de matriz africana esse trabalho de assistência, benevolência e amparo. Bem como, tem o intuito de mostrar quais as contrariedades desses projetos e trabalhos sociais.

O Ilé Asé Dajó Obá Ogodô<sup>4</sup> (Casa da Força e da Justiça do Rei Xangô<sup>5</sup>) é um terreiro de candomblé que está situado no município de Extremoz/RN, mais especificamente no Comum, comunidade localizada na zona rural do município. Em sua gênese em 1978, o terreiro se denominava “Casa de Jurema Mestre Carlos”, onde posteriormente, o terreiro veio a se bifurcar e separar os cultos da jurema (tradição dos povos indígenas) e o culto aos

---

<sup>4</sup>Língua Yorubá usada comumente pelos terreiros da nação Ketu.

<sup>5</sup>Orixá representado pelo fogo, trovão e a pedra, senhor da justiça.

orixás (tradição de matriz africana). O terreiro tem como fundador e sacerdote espiritual o Babalorixá Melquisedec de Xangô.

A entrevista semiestruturada foi realizada via Google Meet, que seria realizada inicialmente através de uma visita de campo no terreiro para a realização da entrevista e apreensão da realidade. Porém, devido à pandemia da Covid19, doença que se alastrou por todo o mundo, não foi viável uma entrevista de forma física para não causar mais contaminações desnecessárias.

A pessoa responsável por nos fornecer a entrevista foi a Iyalaxé Flaviana de Oxum, filha espiritual da casa e filha carnal do sacerdote Melquisedec de Xangô com cargo hierárquico elevado na dinâmica espiritual e social do terreiro, haja vista o candomblé ser estruturado por hierarquias. Além de disponibilizar um portfólio de registro de várias ações do terreiro.

Dentre os projetos e ações que são realizados pelo Obá Ogodô estão: Campanha sobre as arboviroses; Escolinha da Jurema; Feira Preta de Economia Solidária; Feirinha de Agricultura Familiar; Bazares mensais; Aulas de capoeira; Rodas de diálogo; Suporte às mães da comunidade. Diante disso, esse artigo tem por objetivo apreender os limites e as possibilidades desses projetos e trabalhos sociais, haja vista a lacuna deixada pelo Estado e seus representantes. E ainda, fazer uma crítica a desresponsabilização do Estado.

Os estímulos iniciais para desenvolver esta pesquisa científica para o trabalho de conclusão de curso (TCC) da graduação de Serviço Social, em sua grande maioria partiu da minha vivência como pessoa de terreiro e a compreensão da realidade das problemáticas que envolvem as religiões de matriz africana através de experiências empíricas. Além disso, o período em que fui extensionista em projeto de pesquisa<sup>6</sup> no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) coordenado pela Prof. A Dra. Eliane Anselmo (UERN).

Como graduanda de Serviço Social e tendo consciência dos avanços do neoliberalismo no Brasil através da minha formação profissional, me indaguei como a ausência do Estado em relação aos políticas sociais responsabilizava Ongs, instituições religiosas e a sociedade civil de maneira geral pelas expressões da questão social e por preencher as lacunas deixadas pela falta de proteção social. Logo, as religiões de matriz africana, bem como outras denominações também exercem esse tipo de trabalho social realizando ações pontuais a assistenciais em prol de atender necessidades e demandas básicas da comunidade.

---

<sup>6</sup>Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiros das Religiões de Matriz Africana de Mossoró.



Na conjuntura brasileira, as religiões de matriz africana historicamente sofrem com ataques frequentes às suas crenças e rituais religiosos, e somente a intolerância religiosa não explica a motivação desses ataques. Por se tratar de uma religião advinda de países do continente africano, trazida por negros que foram escravizados através do fenômeno do escravismo colonial<sup>7</sup> o que caracteriza essas ações é o racismo religioso. Desse modo, a intenção também é dar visibilidade a essas religiões assim como desmistificá-las frente a demonização que é feita por vertentes pentecostais e neopentecostais.

Pouca acumulação científica sobre as religiões de matriz africana e suas problemáticas são produzidas contraditoriamente a quantidade de terreiros existentes no Brasil, e ainda é insuficiente a visibilidade dada pelos nossos representantes políticos principalmente se for comparado com as religiões cristãs. Além disto, a própria sociedade historicamente por variadas razões, desde a falta de informação a crenças religiosas contrárias às religiões de matriz africana nutre um preconceito enraizado e estrutural por elas. Em razão desses elementos a pesquisa será realizada em torno da referida temática.

Desde os primórdios, o ser humano é dotado da vontade de compreender sua existência, e todo o universo que o cerca. A vida em sociedade em todas as épocas foi um grande enigma para os estudiosos, teóricos, acadêmicos e afins. Para Minayo (1995, p. 9) “do ponto de vista antropológico, podemos dizer que sempre existiu a preocupação do *Homo sapiens* como conhecimento da realidade”.

Assim sendo, o presente projeto de pesquisa visa compreender a relação de uma casa tradicional de matriz africana com a comunidade que os cerca. E para que isso se torne possível, nossa estratégia de investigação virá através do materialismo histórico-dialético, método científico de análise Marxista.

O método usado para apreender a realidade dos aspectos abordados é o materialismo-histórico-dialético, que tem por princípio fundamental a superação da aparência e a apreensão da essência onde, esse processo se dá através do desenvolvimento da abstração da realidade concreta para compreender a totalidade. Vejamos, para entender as relações micro se torna necessário o entendimento das relações macrossocietárias que intervêm direta ou indiretamente na singularidade de cada indivíduo e/ou da sociedade.

Esse processo é possível através da mediação entre a universalidade, a singularidade e a particularidade. Nas palavras de Lukács (2003, p.20)

---

<sup>7</sup>Concepção usada por Jacob Gorender em "*Escravidão colonial*" 1978 para explicar a escravidão como ferramenta de acumulação e modo de produção.

"precisamos do método dialético, para não sucumbirmos a ilusão social assim produzida, para podermos entrever a essência por detrás dessa ilusão". Outra vertente do método materialista-histórico-dialético é a intervenção da realidade. Apreendido assim o fundamento, se torna necessário a modificação e transformação da realidade para que uma sociedade justa e igualitária se torne possível.

Para além desses aspectos, serão utilizados como ferramenta de captura, pesquisa bibliográfica e documental acerca de toda a temática e entrevista semiestruturada com uma integrante da casa. O objetivo é conseguir apreender com fidelidade as problemáticas existentes em torno do tema proposto.

A discussão em relação à temática pontuada acima será realizada nos tópicos a seguir, que estarão divididos em três partes, sendo o primeiro com a intenção de conceituar e fundamentar algumas categorias; o segundo com enfoque na casa de candomblé em si, nas informações apreendidas e entrevista fornecida por uma integrante da casa; enfim, o terceiro com as conclusões e explanações dos desafios e possibilidades do trabalho social realizado pela casa.

## **ELEMENTOS SOCIAIS SOBRE AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: O CANDOMBLÉ E O ESTADO**

Quando tratamos de religiões de matriz africana no Brasil, há uma extensa lista de problemáticas a serem debatidas que em sua maioria são fatores muito complexos. Podemos observar a ausência de políticas sociais e políticas públicas para os povos de terreiros e quilombolas, uma ampla diversidade de nações e suas especificidades e até o debate de gênero nos terreiros e a ótica de cada casa sobre o assunto.

Em razão disso, vamos nos deter nesta pesquisa sobre as religiões de matriz africana (com ênfase no candomblé), uma nova perspectiva em relação ao trabalho social exercido por essas casas, seus conflitos em busca de afirmação e conseqüentemente a empreitada por respeito diante a sociedade.

É sem dúvidas um desafio tentar trazer concepções teóricas acerca do tema proposto, uma vez que nosso objetivo é dar uma nova ótica para esses terreiros e a grande parte do conhecimento sobre tal está relacionado a composição da religião em si e/ou a intolerância religiosa gritante que essas casas sofrem desde os primórdios na conjuntura brasileira. Além de que o maior arcabouço teórico é predominantemente nas ciências sociais e na antropologia. O que queremos enfatizar com isso, é que é baixa a produção científica acerca desse tema na categoria

profissional do Serviço Social<sup>8</sup>, uma vez que o assunto ainda é uma incógnita e pouco debatido por toda a comunidade acadêmica.

Entretanto, a categoria vem pautando questões como racismo, intolerância religiosa e relações étnico-raciais, tendo como precursor as entidades representativas da categoria (CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS)<sup>9</sup> e as ferramentas para disseminar essas discussões são as mais variadas, como: cartilhas do CFESS manifesta em alusão ao dia nacional da consciência negra, campanha de gestão 2017- 2020 (assistentes sociais no combate ao racismo), Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social 2020 (A virada agora é preta) e o Grupo Temático de Pesquisa (Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidade).

Como sabemos, as religiões de matriz africanas foram geradas pelos negros que foram escravizados e trazidos ao Brasil pelos colonizadores.

A partir de 1580, mercadorias da Europa eram trocadas por pessoas escravizadas na África, sequestradas de diferentes partes do continente. Entre os séculos XVI e XIX, chegaram vivos às Américas aproximadamente 11 milhões de negros africanos escravizados, originários de diversas regiões do Continente. Somente para o Brasil foram trazidos cerca de 5 milhões de pessoas (Alencastro,2000), de origem bantu, ewé, fon, yoruba, ijexá, egbá, egbadó, savé, Quicongo, Quimbundo, Nbundo, Haussás, Mande, Fulas e de outros povos e segmentos étnicos, o que explica a diversidade de idiomas e tradições preservadas nos territórios tradicionais de matriz africana no nosso país. (BRASIL, 2016, p. 06)

O culto aos orixás (divindades africanas) foi resgatado e preservado por muitos anos através do sincretismo com os santos pertencentes à religião católica cristã, gerando assim, a umbanda que une elementos do catolicismo, kardecismo, pelejança indígena e candomblé, e o próprio candomblé que fez a junção dos rituais religiosos de cada orixá que eram cultuados separadamente por territórios na África, como forma de resistência e conservando assim a sua religiosidade. Para Odé Kileuy e Vera de Oxaguiã:

O candomblé é uma religião que foi criada no Brasil por meio da herança cultural, religiosa e filosófica trazida pelos africanos escravizados, sendo aqui reformulada para poder se adequar e se adaptar às novas condições ambientais. É a religião que tem como função primordial o culto às divindades - inquices, orixás ou voduns -, seres que são a força e o poder da natureza, sendo seus criadores e também seus administradores. (KILEUY, OXAGUIÃ. 2009, p. 29)

---

<sup>8</sup>Feita uma pesquisa bibliográfica em diversos sites como o SCIELO que contém material científico do Serviço Social, não consegui encontrar um número relevante de artigos ou pesquisas sobre o tema.

<sup>9</sup>Conselho Federal de Serviço Social/ Conselho Regional de Serviço Social/ Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social.

Ainda há muito embaraço na hora de conseguir distinguir uma religião da outra e de relacionar também com os cultos ameríndios, sendo originários dos povos indígenas. Porém, o que existe de consenso de todos esses elementos é a intolerância religiosa sofrida por esses terreiros.

Podíamos tratar a intolerância religiosa sobre os terreiros apenas como um fator de sobreposição de uma religião sobre a outra, como um problema de extremismo religioso ou como fanatismo. Porém, só essas características não explicam por si só os ataques severos e degradantes que os religiosos de matriz africanas vem sofrendo durante muitos anos principalmente por parte das religiões cristãs com ênfase nas congregações pentecostais e neopentecostais. O que verdadeiramente inspira esses ataques às pessoas e aos terreiros é o racismo (FLOR DO NASCIMENTO, 2017).

Não é coincidência que em um país populoso, diverso culturalmente e grandioso territorialmente como o Brasil, a religião mais agredida e discriminada seja a de matriz africana, pelos elementos que em sua hegemonia são práticas e costumes das pessoas negras, concordamos com a autora supracitada quando diz que:

Por isso, penso que a noção de intolerância religiosa não é suficiente para entender o que acontece com as comunidades que vivenciam as tradições de matrizes africanas, pois não é apenas, ou exclusivamente, o caráter religioso que é recusado efetivamente nos ataques aos templos e pessoas vivenciadoras dessas tradições. É exatamente esse modo de vida negro, mesmo quando vivenciado por pessoas não negras, que se ataca; ou seja, mesmo pessoas brancas que vivenciem as tradições de matrizes africanas podem ser vítimas de um racismo originalmente destinado a elementos negros dessas tradições. (FLOR DO NASCIMENTO, 2017, p. 54)

É de simples acesso em diversos sites eletrônicos, ou portais de notícias vários casos de violências e agressões que são sofridos pelos religiosos adeptos dessas religiões e não é possível apreender essas ações como fatos isolados e desconectados da realidade de forma singular. Compreendemos que todas as religiões passam por algum tipo de perseguição, intolerância e assédio, porém fazendo uma análise em relação a números e territorialidade, no Brasil especificamente por todo um contexto social e histórico as de matriz africana são as que mais padecem.

Segundo o site eletrônico G1, o número de denúncias de discriminação religiosa contra terreiros e adeptos de religiões de matriz africana como umbanda e candomblé aumentou 5,5% em 2018 em relação a 2017 no Brasil. Foram 152 casos em 2018, contra 144 em 2017. Os dados são do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que recebe denúncias por meio do Disque 100.

Na Constituição Federal de 1988, considerada histórica pelo seu caráter social e de universalidade em seu Artigo 5º, diz que: “VI - é inviolável



a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias..." (BRASIL, 1988), bem como é assegurado "... a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva" (BRASIL, 1988).

Entretanto, por mais que o direito da liberdade seja assegurado, na prática podemos perceber que não é isso que acontece. Apesar de comumente os ataques serem originados de religiosos de vertentes distintas, os discursos de ódio são validados por um Estado que deveria ser laico e religiosamente neutro, mas é condescendente, quando no Estatuto da Igualdade Racial é explicitado "O poder público adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores" (BRASIL, 2010, Art. 26).

Historicamente o Estado formou-se atrelado a igreja e os seus dogmas, desse modo, aceitou e legitimou a escravidão e a desumanização de pessoas por sua cultura e costumes, bem como legitima até hoje o racismo e a intolerância religiosa por meio do descaso em relação à população negra e ameríndia. A personificação de toda essa reflexão é o nosso atual presidente, o senhor Jair Messias Bolsonaro (Sem Partido) sendo eleito em 2018, com base em discursos de ódio e falas extremamente misóginas e racistas, dando assim subsídio a população para que tais crimes fossem cometidos sem nenhum tipo de censura.

O caráter neoliberal e ultraconservador do atual governo é um fator essencial para esse posicionamento. O fato é que o Estado que na sua materialidade nunca foi laico, assim como nunca foi solidário às mulheres que sofrem opressão, e muito menos esteve do lado das classes subalternas. O Estado sempre esteve atuando na manutenção da ordem social e para o benefício do capital e das relações patriarcais de gênero.

Desse modo, há um longo caminho a percorrer até que esse tipo de violência e opressão seja superado, e que a visão distorcida das religiões de matriz africanas seja desconstruída para que um novo olhar mais compreensivo e aberto ao dessemelhante venha a dar lugar ao racismo estrutural e a intolerância religiosa. Assim, como diversas instituições religiosas, os terreiros de candomblé também desempenham trabalhos e ações sociais que beneficiam a comunidade circunvizinha, atuando num processo de solidarização, pelas expressões cada vez mais agravadas da questão social.

Com o avanço exacerbado da implementação da agenda neoliberal no nosso país, o direito à saúde, educação, habitação e entre outras, assim como as políticas públicas voltadas para o acesso a esses direitos têm sido mercantilizados, inicialmente sucateados propositalmente para serem

posteriormente privatizados. E se tratando das políticas sociais, o que podemos constatar é a fragmentação, o encerramento e segregação.

Segundo Behring e Boschetti (2016, p. 51):

...as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas às expressões da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Desse modo, com o capitalismo em constante processo de acumulação, explorando cada vez mais a classe trabalhadora e a sua força de trabalho, as desigualdades sociais são exacerbadas, o desemprego é um dos principais fatores para que esse fenômeno de agudização da pobreza venha a se consumir. O Estado no que lhe concerne dá condições para que esse processo seja concretizado.

Assim, para Fontes em "*O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*" (2010, p. 216), "este é o papel clássico do Estado, o de defender as condições gerais que permitem a expansão do capital, legitimando e legalizando uma forma de ser, gerindo uma sociabilidade adequada, educando-a, além de coagir os renitentes pela violência, aberta ou discreta".

Ao passo em que o Estado proporciona condições econômicas, estruturais, políticas e entre outras ao capital, ele também usa das políticas sociais e públicas de forma ordenada para que apenas amenize as expressões da questão social e garanta a reprodução do M.P.C, onde não garante uma emancipação ou direitos igualitários. Destarte, as lacunas deixadas pelo Estado na esfera da proteção social, de fato abre caminho para que iniciativas privadas, ONGs e instituições religiosas (cada uma com seus objetivos próprios) ocupem esse espaço que deveria ser inerente ao Estado.

Fontes (2010) abre uma discussão em torno do processo de "onguização" no Brasil, de como os militantes foram cooptados e transformaram-se em assessores dos movimentos sociais e passaram a se distanciar do olhar crítico das relações sociais estruturantes e focaram em ações assistencialistas e imediatistas, a autora ressalta:

Com isso, introduziu-se uma cunha entre questões imediatas e problemas estruturais, estes, aliás, na origem das aflições imediatas. Difundia-se a crença na possibilidade de solução de transtornos urgentes, contanto que se postergassem (ou se abandonassem) as questões referentes à própria organização de conjunto da vida social. (FONTES, 2010, p. 231).

Considerando os fatores abordados até aqui, no ponto a seguir deste texto revelaremos as informações adquiridas por meio de entrevista e pesquisa bibliográfica sobre a casa de candomblé que usaremos como fonte de pesquisa em relação aos trabalhos sociais realizados. Logo mais, faremos

reflexões acerca das problemáticas que permeiam essas ações e quais as suas potencialidades.

## **“NENHUM DE NÓS É TÃO BOM QUANTO TODOS NÓS JUNTOS”: O TRABALHO SOCIAL REALIZADO PELO ILÉ ASÉ DAJO OBÁ OGODÔ**

A pesquisa científica realizada para subsidiar o debate proposto por este artigo foi realizada através de algumas ferramentas a fim de conseguir compreender esse processo de desresponsabilização do Estado na proteção social que deveria ser realizado via políticas públicas e sociais de qualidade. A pesquisa bibliográfica foi uma dessas ferramentas de análise, na qual conseguimos usufruir de informações para fundamentar o nosso debate por meio de algumas legislações, produções textuais de alguns escritores, portfólio fornecido pela entrevistada e entre outros. Bem como, uma entrevista semiestruturada fornecida por uma filha do terreiro via Google Meet.

A partir dessa entrevista, foi possível apreender diversas informações dos trabalhos sociais e projetos realizados pela casa ao longo de sua história. Não foi complicado encontrar diversas informações que se assemelham diretamente com as reflexões abordadas no ponto anterior deste artigo. Fica muito explícito as lacunas deixadas pelo Estado na proteção social, na qual os indivíduos ficam em situação de vulnerabilidade social fruto das desigualdades sociais e findam por buscar algum tipo de aparato assistencial em organizações da sociedade civil.

Como debatemos anteriormente, a trajetória das políticas sociais de assistência social no Brasil por muito tempo foi centralizada no caráter filantrópico, centralizado nas ações sociais da igreja católica, e posteriormente nas evangélicas, com um caráter de solidariedade, benevolência e caridade. Onde, só veio a ser declarada como dever do Estado na Constituição Federal de 1998 e regulamentada posteriormente na Lei Orgânica da Assistência Social 8.742/93 (LOAS).

Na LOAS está frisado em seu primeiro artigo o dever do Estado na proteção social, bem como uma brecha que dá legitimidade para organizações da sociedade civil, vejamos:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993, Art 1º).

Desse modo, organizações ou entidades não governamentais são consideradas de assistência social “...aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. (BRASIL 1993, Art 3º)”. Basta que esteja devidamente cadastrado como preconiza a LOAS para que se seja uma organização ou entidade de assistência social:

§ 3º A inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, é condição essencial para o encaminhamento de pedido de registro e de certificado de entidade de fins filantrópicos junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). (BRASIL, 1993, Art 9º).

O Ilé Asé Dajo Obá Ogodô já esteve inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social de Natal/RN. Embora atualmente só esteja inscrito no Conselho de habitação de Extremoz/RN.

Não obstante a LOAS afirme a “III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (BRASIL, 1993, Art 5º)”, o que podemos constatar na realidade brasileira é o grande número de organizações e entidades que prestam assistência social à população. Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, o Brasil possui um número de 237 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos:

Em 2016, 5,5 milhões de unidades locais das organizações ativas no Brasil, abarcando todos os tipos de natureza jurídica, compunham o Cadastro Central de Empresas - CEMPRE do IBGE. Desse total, 90,0% eram entidades empresariais; 9,5%, entidades sem fins lucrativos; e 0,5%, órgãos da administração pública (Tabela 6). As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL representam um subconjunto das entidades sem fins lucrativos, respondendo por 4,3% do total de unidades locais das organizações públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, ativas no País (237,0 mil). (BRASIL, 2016, p. 25).

Assim, percebemos que ao longo dos anos o número de organizações privadas só vem aumentando consideravelmente. Inclusive esse número refere-se apenas às organizações que são conhecidas e/ou regulamentadas, deixando assim, subnotificado o número real. Dessa maneira, as instituições que exercem algum tipo de projeto ou trabalho social e que não são cadastradas por exemplo nos Conselhos Municipais de Assistência Social ficam subnotificadas.

Neste caso, a elaboração do roteiro de entrevista foi desenvolvida considerando os aspectos e categorias que viemos abordando até aqui e que precisamos refletir em seguida. Quando a entrevistada foi perguntada sobre quais as demandas que chegam à casa de terreiro a resposta foi a seguinte:



Primeiramente assistência socioassistencial, no sentido de segurança alimentar, ajuda com confecção de documentos, basicamente é segurança alimentar, sempre vem essa busca pela comida, pelo sustento. Emprego também, então quando a gente começa a desenvolver os projetos sociais, primeiramente de orientação e suporte a alimentação e saúde básica a comunidade... (Entrevistada).

Essa explanação nos faz refletir sobre alguns dos objetivos da Assistência Social que são “I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;” (BRASIL, 1993, Art 2º). Ou seja, a casa de terreiro vir a receber demandas desses aspectos nos revela que o Estado não está conseguindo oferecer serviços realmente eficientes e eficazes para a proteção social.

E ainda, não consegue concretizar o planejamento de atuação que visa o “enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993)”. A alimentação por exemplo é uma necessidade primária, biológica e um direito social que deve ser garantido e está afirmado na constituição federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 2015, Art. 6º).

Entretanto, como sabemos o Brasil já transitou pelo mapa da fome e ainda é uma das maiores, senão a maior expressão da questão social da realidade brasileira. Como podemos observar:

A insegurança alimentar grave esteve presente no lar de 10,3 milhões de brasileiros entre 2017 e 2018, como retrata a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 17/9. Isso significa que quase 5% da população brasileira convive novamente com a fome. De acordo com o ex-diretor geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano da Silva, o retorno do Brasil ao Mapa da Fome é inaceitável. Em nota conjunta com o Instituto Comida do Amanhã (17/9), ele ressalta que, no meio rural, os dados são ainda mais graves: a fome ultrapassa 7%. Também preocupa a situação de domicílios chefiados por negros, mulheres e na região do Nordeste. Ainda segundo a nota, como os dados do IBGE são de 2017-2018, esses números tendem a ser ainda mais alarmantes, já que não consideram o impacto da crise econômica agravada pela pandemia de covid-19. (RADIS, 2020).

O desemprego e as questões de saúde que também são consequências das políticas neoliberais e os arranjos do capitalismo em sua busca incessante pelo lucro. A crise estruturante do capital desde a década

de 1970 faz uma transformação no mundo do trabalho e coloca em prática o modelo de flexibilização, que gera desemprego, e essa realidade não foi diferente no Brasil. Desse modo, é colocado em prática a agenda neoliberal a partir dos anos de 1990, e uma das características dessa agenda é a mercantilização dos direitos sociais, a exemplo a saúde.

No atual contexto político brasileiro o neoliberalismo como prisma central da agenda do governo federal tem impondo diversos limites para as políticas sociais, segundo a Fundação Perseu Abramo, o desfinanciamento das políticas sociais vem aumentando consecutivamente desde o fim do governo Dilma, como apresenta Campello e Brandão (2021):

A Política Nacional de Assistência Social vem sendo dinamitada. Os repasses do governo federal aos municípios caíram de pouco mais de três bilhões de reais no final do governo Dilma para 1,3 bi de reais em 2020 e, ao que tudo indica, serão ainda menores em 2021. Com isso, as bases do Sistema Único da Assistência Social, como parte estratégica da seguridade social, estão irremediavelmente comprometidas. O SUAS é a porta de entrada da população vulnerável, em especial a mais pobre, no sistema de proteção, para acesso a direitos e ao Estado. O SUAS organiza a rede de proteção de renda e de acesso a serviços socioassistenciais, garantindo ainda a inclusão em um conjunto mais amplo de proteção e de referenciamento em serviços como saúde e educação. A redução nos serviços, que já passa de 67%, está levando à demissão em massa de assistentes sociais e outros servidores do SUAS e fechamento ou diminuição do horário de atendimento de centenas de CRAS e CREAS. Retrocedemos assim, rapidamente, para a crescente desresponsabilização do governo federal com o co-financiamento do sistema, além da volta do assistencialismo, de políticas pontuais e paralelas ao SUAS e do “primeiro damismo”.

Assim, diante desse aumento da pobreza e desfinanciamento das políticas sociais, quem são os sujeitos que demandam essas necessidades? De que público são recebidas essas solicitações de ajuda? Nas palavras de nossa entrevistada:

As solicitações tanto vêm da comunidade, como vem dos filhos, dos associados da casa que moram não só em Extremoz, na zona rural, mas na zona urbana e periférica de Natal e vem do povo de santo mesmo assim. A gente recebe solicitação não só da comunidade e dos filhos da casa, mas de outras casas também, pra gente compartilhar nossas experiências, assim, de como essas casas podem estar realizando esse mesmo perfil de trabalho nos seus territórios. Então o público-alvo são essas pessoas, são caracterizadas em desempregados, trabalhadores informais, mães solo, basicamente isso assim, pessoas que estão em maior vulnerabilidade. **(Entrevistada)**.

Como podemos perceber, as demandas recebidas pela casa de terreiro são exatamente dos alvos que estão na LOAS como prioridade para serem acobertados e protegidos pela assistência social via políticas sociais. Mais um indício da não efetividade da proteção social que deveria ser feita

pelo Estado. Diante dessas constatações, faremos uma relação dos trabalhos e projetos sociais que são realizados pela casa a seguir:

**Campanha solidária independente** - O terreiro arrecada de forma ininterrupta alimentos para construção de cestas básicas para serem distribuídas para a comunidade e para filhos da casa que estejam necessitados conforme a demanda que chega no terreiro.

**Campanha sobre as arboviroses** - Quando a casa de terreiro chega a comunidade rural do Comum não existia serviço de coleta de lixo, dessa maneira desencadeando doenças como Dengue e Chikungunya que afetava os moradores. Desse modo é realizado campanhas de conscientização para prevenção coletiva.

**Escolinha da Jurema** - Projeto realizado a partir do ano de 2013 com objetivo de alfabetização de jovens e adultos com turmas em 2013, 2014 e 2015 inicialmente subsidiado pelo projeto “Mova Brasil” e posteriormente de forma independente a partir do ano de 2016 até os dias atuais. Em 2019 é aprovado em um edital do governo do estado do Rio Grande do Norte para educação no campo e quilombola.

**Feirinha de Agricultura Familiar** - Projeto atrelado ao projeto anterior, onde objetiva a qualificação profissional, assim como a educação no campo e quilombola. Desse modo, incentiva a tornar os quintais da comunidade produtivos pela agricultura familiar.

**Feira Preta de Economia Solidária** - Projeto que viabiliza a venda dos produtos que são gerados a partir da agricultura familiar e também as peças dos artesãos da comunidade, onde inicialmente eram vendidos apenas na comunidade e nas festividades da casa e posteriormente sendo levados para a área urbana.

**Bazares mensal** - Projeto fixo da casa independente de qualquer outro projeto, realizado como forma de política financeira para dar suporte aos demais projetos. Onde são coletadas roupas, calçados, acessórios e entre outros. Os artigos são coletados entre os filhos da casa, para posteriormente serem vendidos no valor de bazar.

**Aulas de capoeira** - São realizadas oficinas/aulas de capoeira para os moradores da comunidade como forma de lazer, esporte e cultura. Tendo conhecimento do alto índice de alcoolismo na comunidade, ações como essa são feitas no intuito de gerar também alguma forma de entretenimento.

**Rodas de diálogo** - Palestras voltadas principalmente para o público jovem, devido ao alto índice de gravidez durante a

adolescência. Temas como Educação sexual, prevenção de ISTs e HIV são abordados pelos palestrantes. Além de inter-religiosidade, intolerância religiosa, racismo e entre outros.

**Suporte às mães da comunidade** - Um suporte para as mães da comunidade é feito através de insumos necessários durante o período gestacional como: fralda, móveis, utensílios e enxoval. Além do custeio parcial ou completo com medicação e consulta, novamente com dinheiro arrecadado através das políticas financeiras do terreiro.

**Ações durante a pandemia da Covid 19** - Vinte famílias da comunidade foram cobertas através de cestas básicas, remédios, kits de higiene pessoal e limpeza e vale-gás. Além de serem confeccionadas pelas costureiras do terreiro mais de 3 mil máscaras de proteção para distribuição geral. Neste caso, algumas dessas ações foram financiadas pelo Governo do Rio Grande do Norte via Lei 14.017/20 Aldir Blanc (Lei nacional de auxílio emergencial ao setor cultural).

São diversos os trabalhos e projetos sociais realizados pela casa ao longo de sua história, como podemos observar, com a ajuda de filhos da casa e lideranças da comunidade. Ações que buscam mesmo que minimamente dar algum tipo de aparato e assistência aos moradores da comunidade, como também aos filhos da casa que estejam sofrendo com as expressões da questão social. A interrogação que fica é de onde vem os subsídios e financiamento para conseguir materializar essa assistência, e a entrevistada nos respondeu da seguinte forma:

Tudo voluntariado. Tudo que a gente faz é privado, assim, iniciativas privadas mesmo. Tanto das pessoas que estão envolvidas, quanto dos parceiros é tudo público, não tem nada, aliás, público no sentido de pessoas físicas, não de suporte de órgãos governamentais. a única coisa que a gente conseguiu de suporte governamental foram essas cestas básicas e nada além, por isso que a gente teve mesmo que se debruçar sobre o estudo das leis, construir a política pública, a gente está nesse processo mesmo embrionário inicial de construção das políticas públicas e sociais que nós precisamos. **(Entrevistada)**.

As afirmativas expostas pela entrevistada denunciam o descaso do Estado com os povos e comunidades rurais e tradicionais, quando sabemos que cada vez mais o Estado dá condições de reprodução do capital, mercantiliza os direitos sociais, privatiza as instituições estatais, subsidia a instalação de empresas estrangeiras e perdoa dívidas milionárias de instituições privadas.

A exemplo do que estamos falando, podemos ver a dívida do dono da Havan parcelada em 115 anos, que segundo a Revista Fórum, com uma



dívida de R\$ 168 milhões com a Receita Federal e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que deve ser quitada apenas em 115 anos, o empresário Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan e apoiador fanático de Jair Bolsonaro (PSL), comprou um jatinho no valor de R\$ 250 milhões<sup>10</sup>.

Apesar de fazer um trabalho assistencial constante, o Obá Ogodô depende das iniciativas solidárias dos filhos da casa e de editais do Estado ou de outra instituição filantrópica que dê subsídio, mesmo que minimamente, aos trabalhos e projetos sociais realizados pela casa. Ainda, conta como o apoio de alguns movimentos sociais e instituições da sociedade civil como veremos a seguir:

Temos instituições parceiras como o Enegrecer, que trabalha essa parte da população negra, que está sempre nos pautando também, que já realizou dois encontros de formação do coletivo dentro do Obá Ogodô, interagindo com a comunidade religiosa, focando nessa questão do combate à intolerância religiosa, combate ao racismo religioso, racismo estrutural, institucional. Tudo isso a gente vem trabalhando com instituições parceiras. A Kilombo Organização Negra do RN, Organização de Mulheres Negras, o GAMA também que é o Grupo de Articulação de Matriz Africana e Ameríndia, a REJOMATE que é a Rede de Jovens, que a gente fez parte da fundação da rede de jovens. Então assim, grupos culturais como Pau e Lata, o projeto artístico e cultural Pau e Lata, que juntos fundamos o Afoxé Estrela da Manhã, com UERN-Mossoró, com a UERN- Natal a gente não tem tanta ligação, mas com a UERN-Mossoró, tem o NEAB... (Entrevistada).

Além das afirmativas até aqui apresentadas, que deixam claro o descaso do Estado frente às expressões da questão social e a proteção social, as casas de terreiro ainda enfrentam um grande problema que é o racismo estrutural e institucional, dificultando ainda mais o acesso ao financiamento dos trabalhos e projetos sociais que as casas de terreiro realizam. Por meios burocráticos e exclusivos as lideranças governamentais (grande parte referente a bancada evangélica) punem as casas de terreiros por meio de legalidades e formalidades:

Nós temos uma associação a digamos mais ou menos mais de dez anos, a uns doze anos de associação aberta, CNPJ, diretoria, tudo ok, mas nós ainda não conseguimos tirar nossa utilidade pública, nem a nível municipal e nem estadual para você ter noção. Então isso dificulta ainda mais, o ano passado por exemplo, essa questão de utilidade pública é muito necessária, todos terreiros naturalmente já trabalham essa questão de assistência social dentro de suas comunidades, mas a questão do racismo, do preconceito, da intolerância religiosa, trava tanto esse processo institucional, que o ano passado, uma das casas daqui que é referência no estado, que é o Ilé Olorum, lá de Parnamirim, foi tirar sua utilidade pública, foi barganhar, foi negociar, pedir a sua utilidade pública na câmara municipal de Parnamirim, e sofreu intolerância religiosa por parte da

---

<sup>10</sup> Fonte: Revista Fórum, 2019.

bancada evangélica, que questionaram porque a câmara estava dando essa utilidade pública ao “centro de macumba”. Tipo assim, não reconheceu aquele espaço, como um espaço importante, de assistência social a comunidade, então assim, existe muitos bloqueios, muitos desafios, o preconceito é uma coisa que a gente precisa bater de frente mesmo, dialogar, porque ele trava os nossos processos. (Entrevistada).

Assim, além do Estado não cumprir seu papel na sociedade, também os seus representantes, muitas vezes do segmento evangélico, dificultam o acesso dos povos e comunidades tradicionais de terreiro aos seus direitos. Conseguem graças ao racismo religioso justificar o desfinanciamento, a invisibilidade e a hostilização contra esses povos, ainda que se reúnam de maneira organizada para reivindicar suas demandas coletivas.

Diante dos fatores abordados até aqui, trazemos um trecho da entrevista em que demonstra como os povos de terreiro vem se organizando para tentar combater a invisibilização dos povos e comunidades tradicionais de terreiro, pela busca de políticas públicas e sociais realmente eficazes tanto para si, quanto para toda a classe trabalhadora:

O Obá Ogodô funciona em rede, então dentro de Extremoz estamos organizados quanto às UTTs, que são as Unidades Tradicionais Territoriais dos terreiros e roças de Extremoz. É um coletivo social que começou com 7 casas e conseguindo chegar a 23 no início da pandemia, com a pandemia e essa busca ativa de unidades tradicionais que estavam precisando de ajuda humanitária, a gente conseguiu finalizar o ano passado com ajuda na segurança alimentar pelo menos nas comunidades de 27 unidades... Como essa semana a gente teve uma conquista muito importante que foi do primeiro projeto a nível estadual aprovado para as comunidades tradicionais. foi uma construção do Promotores Populares e das lideranças das comunidades tradicionais, que pautamos um dos objetivos dos promotores foi instalar uma frente parlamentar em defesa das comunidades, nós conseguimos fazer isso, o ano passado nós pautamos essa frente, construímos esse projeto e esse ano ele conseguiu ser aprovado por unanimidade na assembleia... Então assim, a gente tá começando agora a começar a pautar o poder público, porque antes não tinha esse olhar principalmente pro povo de terreiro. a gente sabe que tem legislações específicas para os indígenas, para os quilombolas, mas para as comunidades de matriz africana foi um marco muito importante, então assim, é muito difícil se encontrar uma parceria, onde a gente tenha suporte desse maquinário público. Eu acho que pela primeira vez com a Lei Aldir Blanc é que os terreiros foram reconhecidos, como espaços de cultura tradicional, foram intitulados, espaço de cultura tradicional, como fazedores de cultura tradicional, então é, foi um momento único na história, onde esses espaços tiveram acesso ao dinheiro público, para estruturar suas ações... Eu sei que não estou sendo tão objetiva, mas a gente precisa compartilhar o quanto puder essas informações, para que a gente ganhe mais força e para que as pessoas compreendam como é que é essa realidade, quais são os

nossos maiores desafios e que nos ajudem a abrir novas portas, a destravar todas essas muralhas, que a gente consiga realmente mais oportunidade e a minha fala é horizontal, é para as nossas comunidades de terreiro, a minha casa é estruturada, mas não significa que a gente tenha suporte para realizar as nossas ações, e nós já somos guarda-chuva para as casas menores, então a gente fala por todos essas realidades, para que as pessoas compreendam nossa realidade, quem somos. (Entrevistada).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos até aqui apresentados, fica assim evidente, a forma como o Estado vem se desresponsabilizando do papel de dar assistência a população que está em situação de vulnerabilidade social devido ao antagonismo de classes. Bem como, pela falta de assistência principalmente as comunidades rurais e de povos tradicionais.

A política neoliberal é de favorecimento da classe burguesa, exercendo assim o seu papel de “comitê executivo da burguesia” (MARX, 1848) em prol da manutenção do sistema capitalista e das forças produtivas. E para que isso se torne possível, como havíamos falado anteriormente, o Estado minimiza a proteção social e aumenta o incentivo para produção do capital.

É fato que não podemos deixar de notar os indicadores sociais das pessoas que são atingidas pelo trabalho social da casa: religiosos de matriz africana, mães solos, moradores de comunidade rural, desempregados e entre outros. Pessoas que fazem parte da imbricação de um sistema heteropatriarcal-racista-capitalista (CISNE, MARA. 2018) e que são afetados duramente pelas expressões da questão social.

Mais especificamente, lidamos aqui em alguns aspectos com o Racismo Religioso, herança do escravismo colonial. De maneira, que tudo que vem do povo negro é visto como algo ruim e sem valor. O fato dos trabalhos e projetos sociais realizados pelas casas de terreiro não terem visibilidade, financiamento e até apoio da sociedade, nos diz em que lugar são colocadas as iniciativas dessas casas, na desvalorização e no esquecimento.

O Serviço social historicamente como categoria profissional coloca em discussão os assuntos emergentes na sociedade, no qual cria estratégias e ferramentas para que possa atuar na viabilização do direito. E não foi diferente com temas como racismo, racismo religioso e povos e comunidades tradicionais. A comemoração do dia do Assistente social de 2021 teve por tema “Trabalho pela vida e resistência dos povos originários e comunidades tradicionais” onde ressaltou a importância da atuação do Serviço Social com os povos indígenas, ciganos, de matriz africana, quilombolas e entre outros, onde os assuntos racismo e racismo religioso já

havia sido abordados na campanha do CFESS “Assistentes sociais no combate ao racismo” (2008/2011).

Essas ações coincidem diretamente com alguns princípios da Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética do Serviço Social, como por exemplo:

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Por fim, consideramos de extrema importância o trabalho feito pelo Ilé Asé Dajo Obá Ogodô, ponderando os benefícios que trazem para as pessoas que necessitam de assistência para ter uma vida com dignidade na sua comunidade, de forma que os mínimos sociais são garantidos mesmo que parcialmente. Com isto, também ressaltamos críticas às ações assistencialistas que acabam por cobrir as lacunas deixadas pelo Estado, pois a organização comunitária e social deve cobrar o Estado e instituições responsáveis pela proteção social políticas públicas que sejam eficientes à toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades.** Disponível em: <http://www.abepss.org.br/gtps/tema-6/>. Acesso em 15/04/2021.

BEHRING, BOSCHETTI. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2016 / IBGE, Coordenação de Cadastro e Classificações - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.**

BRASIL. **Cartilha: povos e comunidades tradicionais.** Ministério da Justiça e Cidadania; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade



Racial; Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. Brasília/DF, 2016.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).** Brasília: DF, 1993.

CFESS. **Conjunto CFESS-CRESS prepara programação para maio da/o assistente social.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1800>. Acesso em 15/04/2021.

CISNE, Mirla; MARA, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social.** Cortez, 2018.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. O fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas. **Revista Eixo**, Brasília-DF, v. 6, n. 2 (Especial), 2017.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** / Virgínia Fontes. - 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Brasil de volta ao mapa da fome.** Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/noticias/brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome>. Acesso em: 26/05/2021.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Políticas sociais sob Bolsonaro: rumo à década de 1990.** Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/2021/01/13/politicas-sociais-sob-bolsonaro-rumo-a-decada-de-1990/> Acesso em: 26/05/2021.

G1. **Denúncias de discriminação religiosa contra adeptos de religiões de matriz africana aumentam 5,5% em 2018.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/11/20/denuncias-de-discriminacao-religiosa-contra-adeptos-de-religioes-de-matriz-africana-aumentam-55percent-em-2018.ghtml>. Acesso em 15/04/2021.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial.** São Paulo: Ática, 1978.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, Cortez, 1983.

KILEUY, Odé; OXAGUIÃ, Vera de. **O candomblé bem explicado: Nações Bantu, Iorubá e Fon.** Pallas Editora, v. 3, 2015.

LUCÁKS, gyorgy, 1885. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo- Martins Fontes, 2003.

MARX, ENGELS. **Manifesto do partido comunista**. Ridendo castigat mores, 1999.

MINAYO, M. C. S. **Ciência Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social**. Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes e Maria de Souza Minayo(org.). Petrópolis, Vozes, Rio de Janeiro, 1995.

REVISTA FÓRUM. **Com dívida pública parcelada em 115 anos, dono da Havan compra jatinho de R\$ 250 milhões**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/com-divida-publica-parcelada-em-115-anos-dono-da-havan-compra-jatinho-de-r-250-milhoes/>. Acesso em: 26/05/2021.

SYMPLA. **SNFPMESS 2020 - A VIRADA AGORA É PRETA**. Disponível em: [https://www.sympla.com.br/snfpmess-2020---a-virada-agora-e-preta\\_734178](https://www.sympla.com.br/snfpmess-2020---a-virada-agora-e-preta_734178). Acesso em 15/04/2021.